

XII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM
PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL

21 a 25 de maio de 2007

Belém - Pará - Brasil

EXCLUSÃO SÓCIO-ESPACIAL E ARTICULAÇÃO COMUNITÁRIA.

Anicoli Romanini (UPF)

Adriana Gelpi (UPF)

Rosa Maria Locatelli Kalil (UPF)

Exclusão Sócio-espacial e Articulação Comunitária.

O trabalho aborda a questão do descaso e da ausência de políticas públicas do Estado para o provimento de equipamentos urbanos em áreas periféricas das cidades brasileiras. Estes fatos se traduzem numa estratégia perversa, que contribui significativamente, para a exclusão e marginalização da população brasileira, em especial de sua juventude, roubada de espaços de educação, convívio, lazer e esporte. Por outro lado, documenta o poder de articulação comunitária frente à ausência do governo local e de políticas públicas para o setor, suprindo de acordo com suas possibilidades o papel do estado na criação de espaços públicos de recreação e lazer para suas comunidades. Registra também, que não basta investir em estratégias de criação de espaços para a juventude, se estas não vierem acompanhadas de uma real preocupação em democratizar os espaços urbanos brasileiros para toda sua comunidade.

1. Introdução

As políticas públicas voltadas para a juventude não devem resumir-se à oferta de educação obrigatória, mas abranger a comunidade e o ambiente onde se desenvolve a vida cotidiana. O enorme contingente de jovens, que outrora foi considerado o “futuro do Brasil”, ainda no início deste século XXI, resente-se de carência generalizada de espaços, programas, ações sociais e educativas que o conduza a uma maturidade produtiva e cidadã, com inclusão social. Ou seja, a situação da juventude compromete o sadio desenvolvimento social das cidades brasileiras, mesmo as de porte médio.

As manifestações culturais como a música de *rap* e os *grafittes*, produzidos por jovens pressionados por um cotidiano e uma realidade social sem perspectivas, demonstram o desencanto cruel com o futuro e o descaso com o ambiente construído da cidade, num retrato concreto da exclusão social e territorial ao que se vêem submetidos.

Conhecer as comunidades periféricas, a situação dos jovens e as estratégias desenvolvidas para mitigar as carências sociais e educacionais tornam-se imperativos para o desenvolvimento de políticas públicas adequadas nas áreas urbanas das cidades, objetivando reduzir as desigualdades. Este é o propósito deste trabalho, desenvolvido pelo Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Passo Fundo.

A partir de referenciais sobre as questões de esporte, lazer e cultura, apresenta-se um diagnóstico sobre comunidade de bairro periférico, tendo como estudo de caso o município de Passo Fundo, RS. A metodologia incluiu revisão de trabalhos anteriores sobre o tema e a área

de estudo, bem como levantamentos de dados primários, diagnóstico e conclusões. Os resultados obtidos não são conclusivos, mas constituem-se em indicativos e subsídios ao planejamento sócio-ambiental, tanto nos aspectos sócio-econômicos quanto nos territoriais, nos âmbitos local e nacional. Contribuem para reforçar o forte caráter comunitário verificado e a demanda por integração e responsabilidade do setor público, na busca consciente pela reversão dos indicativos de exclusão social revelados, especialmente pela sua juventude.

2. Juventude e Políticas Públicas

Abordar a “melhoria das condições de vida dos jovens no Brasil”, conforme um edital da Secretaria da Juventude da Presidência da República, ignorando o centenário contexto de desigualdade e exclusão social que prevalece no país, é mais outro grande engano nacional. Se desde a primeira infância, a subnutrição, o abandono e o acesso negado á escola (entre outros aspectos), estigmatiza boa parte da população brasileira, como inserir neste processo uma ação focada, especificamente, a uma fração decorrente do sistema, esperando resultados positivos?

Neste sentido, para se falar da busca por uma juventude brasileira melhor, ou de “novos caminhos e opções para a consolidação de políticas nacionais para a juventude”, deve-se partir da premissa, que qualquer ação neste sentido deva ser a continuidade de políticas públicas sérias de inserção e de inclusão da infância e de todo o povo brasileiro.

Entendendo esta questão como condição básica para uma juventude melhor, podemos abordar a situação atual de exclusão, abandono, falta de opções de trabalho, de acesso democrático á cidade e ao processo social urbano, como uma grave falta de percepção da sociedade e das lideranças comunitárias em relação á juventude brasileira.

3. Descaso Social e Espacial

Marcellino (1996) relaciona este contexto social com a produção do espaço, demonstrando como as relações e práticas sociais de exclusão e abandono são refletidas no espaço da cidade. Ele coloca que o processo de urbanização brasileiro não foi acompanhado pelo desenvolvimento da infra-estrutura, gerando desníveis na ocupação do solo e diferenciando marcadamente, de um lado as áreas centrais, concentradoras de benefícios, e de outro a periferia, verdadeiro depósito de habitações. Mesmo quando nestes espaços estão localizados equipamentos como os *shoppings centers*, a população local não tem acesso privilegiado a eles. Nas cidades contemporâneas, cada vez menos encontramos locais para as

brincadeiras infantis, para o futebol, ou espaços apenas, que sirvam como pontos de encontro das comunidades locais.

De fato, vários estudos sobre a produção dos espaços contemporâneos no Brasil, permitem uma série de considerações sobre a construção do espaço brasileiro. Ele revela quais os elementos, que para algumas comunidades, são necessários para que uma localidade seja considerada urbana e cosmopolita, um verdadeiro pólo de desenvolvimento e progresso para seus cidadãos. Ele mostra também, que buscando estabelecer novas dinâmicas espaciais com foco local, algumas municipalidades têm investido em estratégias de sucesso questionável, como a construção de cenários artificiais, pretendendo com isto, construir uma identidade urbana, cultural e de inserção social.

Muitos autores das áreas de ciências humanas e sociais têm lançado o olhar sobre a questão da cidade, do ponto de vista de sua representação concreta, do processo civilizatório e de seu impacto nas pessoas e coletividades. Tanto para o cidadão morador quanto para o transeunte, a paisagem urbana configura-se como uma multiplicidade de sensações, com as quais o mesmo se confronta no cotidiano e na memória, podendo mesmo significar um mapeamento da vida urbana e da sociedade.

Na dinâmica da multiplicação de espaços econômicos e sua repercussão nos espaços nacionais e locais, contrapõe-se à necessidade dos municípios construírem sua nova estrutura, com renovada importância do local, e tendência para estimular culturas regionais, resultando em processo de formação de uma identidade municipal, de agregação e de inserção comunitária.

Para Becker (2000), existe uma tendência irreversível da passagem das megadecisões, das macropolíticas, dos grandes projetos de desenvolvimento como forma predominante para uma crescente participação das microdecisões, das micropolíticas e dos pequenos projetos, que levam à definição e constituição de múltiplos modelos e múltiplas formas de inserção de cada conjunto ou comunidade no processo global de desenvolvimento.

Desta maneira, cada localidade, comunidade, municipalidade ou região poderia optar por um processo de desenvolvimento, que respeitasse seus valores e recursos específicos, como seus valores culturais, naturais, éticos e morais, potencializando-se da melhor forma para sua participação no processo de desenvolvimento envolvendo a população local.

Deste modo, segundo Arfelli (2004):

[...] enquanto que os equipamentos urbanos integram a infra-estrutura básica

necessária à expansão da cidade destinados a dar suporte ao seu crescimento e a proporcionar condições dignas de habitabilidade, os equipamentos comunitários são aqueles dos quais valerá o Poder Público para servir a comunidade que ocupará os lotes criados pelo parcelamento urbano, nas áreas de educação, saúde, assistência social, esportes, cultura, lazer etc.

Segundo Bassul (2001):

[...] investir na democratização do acesso a condições condignas de vida urbana, é mais que uma bandeira da luta política constitui atalho indispensável para um projeto nacional de combate à pobreza minimamente sincero. Facilitar o acesso à moradia, dotar as cidades de sistemas decentes de transporte público, assegurar a prestação universal dos serviços de abastecimento d'água e esgotamento sanitário, tirar crianças da rua e levá-las à escola qualificar os espaços comunitários com equipamentos e atividades orientadas de lazer e recreação são propostas factíveis e relativamente baratas. Resultam, afinal, numa forma eficaz de melhorar a partilha da renda nacional.

Daí vem à importância desse estudo. Tratar com mais ênfase esses equipamentos, consolidando os espaços públicos de uso comunitário, onde se desenvolvem atividades de integração social e concentração de pessoas através da intervenção urbana, atuando na valorização dos vazios urbanos ainda existentes, com a implantação dos principais serviços de atendimento à comunidade, na estruturação dos espaços de saúde, educação, segurança, cultura e lazer, estabilizando esses equipamentos como espaços comunitários que integram e estimulam a vivência cívica, comunitária e comercial.

A leitura da cidade constitui um processo de identificação e discussão dos principais problemas, conflitos e potencialidades, do ponto de vista dos diversos segmentos sociais. Deve contemplar as possíveis alternativas para a solução dos problemas detectados, procurando focar todo o território do município de Passo Fundo.

De acordo com Campos Filho (1999, p111),

No que se refere aos serviços de educação, saúde, esporte e lazer, quanto mais baixa a renda dos moradores, mais eles serão dependentes dos serviços da rede estadual subsidiados. Por isso, a grande maioria da população, com renda familiar da ordem de até dez salários mínimos mensais, preferirão as creches, escolas de primeiro grau, postos de saúde, praças de lazer e áreas verdes do Estado. Essa condição é crucial para a definição do tamanho do bairro de vizinhança. Isso porque a dimensão ótima desses equipamentos é uma condição de fundamental importância para a qualidade de prestação de serviços [...].

4. Equipamentos Comunitários de Cultura, Lazer e Esporte

Considerando como comunitários os seguintes equipamentos de uso público de cultura, lazer e esporte:

Equipamentos com destinação diferenciada, como uma praça dotada de área verde, quadras poliesportivas, oficinas de artesanato, um anfiteatro, bibliotecas, ou seja, espaços de permanência para as conversas e encontros, além de apresentações em geral, que promovam o desenvolvimento profissional e cultural dos moradores, como uma forma de instrumento no desenvolvimento social.

Cultura e lazer deve ser um conjunto de ocupações ou atividades, realizadas espontaneamente e de forma construtiva, objetivando a educação, o repouso, o divertimento, o desenvolvimento cultural e físico da comunidade interessada (FERRARI, 1977, p. 420):

A recreação precisa ser encarada pelo planejador, não apenas como uma função urbana ligada aos momentos de ócio de sua população adulta ou destinada ao desenvolvimento físico e mental das crianças. É preciso saber ver na recreação um poderoso instrumento de integração social das populações marginalizadas. Através de um programa recreacional que atinja o maior número possível de pessoas marginalizadas e não marginalizadas (futebol, por exemplo) obter-se-ão ótimos resultados de adaptação dos grupos migratórios ao novo meio. Além disso, todo o cenário urbano deve ser pensado como um espaço de lazer: ruas, praças, o casario e os locais de trabalho. “O fim principal de toda a ação é o lazer” - já afirmara Aristóteles em sua Ética.

Ainda no Programa Esporte e Lazer da Cidade (MINISTÉRIO DO ESPORTE, 2006), o esporte pela sua dimensão recreativa, dissociada da busca do rendimento, encontra no lazer a possibilidade concreta de expressão. “É, portanto, no tempo e no espaço do lazer que as manifestações culturais - o esporte dentre elas - podem ser vivenciadas por todos”.

Assim, o Ministério do Esporte (2006) cita que o ‘Esporte e Lazer da Cidade’, seguindo o caminho trilhado por Valter Bracht, entende ser o esporte “uma prática social situada no quadro da cultura corporal surgida no âmbito da cultura européia, por volta do século XVIII, com caráter competitivo”. Por ser fruto de convenções edificadas e difundidas ao longo da história, teve a sua construção teórico-prática estabelecida de diferentes formas, cuja execução repousa, essencialmente sobre a idéia de luta contra um elemento definido: uma distância, uma duração, um obstáculo, uma dificuldade material, um perigo, um adversário.

“O termo Esporte Recreativo utilizado neste documento expressa, na adjetivação do conceito de Esporte, a compreensão de que em sua realização deve prevalecer o sentido lúdico caracterizado pela livre escolha, busca da satisfação e construção, pelos próprios sujeitos envolvidos, dos valores ético-políticos a se fazerem presentes na sua objetivação. O Esporte Recreativo se realiza em limites temporais e espaciais do lazer como expressão de festa e alegria. Por meio dele o ser humano só, em pequenos grupos ou em multidão, vivencia situações esportivas lúdicas e prazerosas”.

5. Juventude e Políticas Públicas - O caso de Passo Fundo

O espaço urbano e rural do município de Passo Fundo organizou-se, segundo Dal Moro (1998, p. 51) e Gosch (2002, p. 20), em função das necessidades econômicas e infra-estruturais que a organização da sociedade local e sua interação regional e nacional demandavam. Conseqüentemente o processo de expansão do núcleo urbano da cidade iniciada na década de 30 intensificou-se e ocupou espaços distantes do centro a partir da década de 50. Assim, foram criados loteamentos desprovidos dos mínimos serviços de infra-estrutura urbana e, de talvez, de atrativos aos moradores, que de acordo com Marcon (2001) serviram para relocar as famílias oriundas de diferentes favelas de Passo Fundo, de áreas desapropriadas, para a construção de vias perimetrais e de áreas de risco, próximas às linhas férreas.



Figura 1 – Vista aérea da cidade de Passo Fundo.
Fonte: Prefeitura Municipal de Passo Fundo.

O bairro José Alexandre Zacchia teve início em 1982, resultado da organização de um núcleo habitacional implementado pela Cohab/RS - Companhia de Habitação do estado do Rio Grande do Sul Com o projeto Promorar - Programa de Erradicação da Subabitação, que

tinha como objetivo atender uma parcela da população de baixa renda, até três salários mínimos, provinda de diferentes vilas da cidade de Passo Fundo e de cidades da região (MARCON, 2001).

Este caso ilustra as referências colocadas no Atlas de Exclusão Social no Brasil (2003, 97), onde

“a alfabetização e a escolaridade são significativamente melhores nas regiões mais ricas das cidades do que onde se concentra a pobreza.(...) A violência, dada a ausência de uma política de segurança pública eficaz e de ações sociais e ordenadores do estado, geralmente sufoca a população que não possui quaisquer meios de defesa. E, talvez o mais triste, a pobreza, a concentração de jovens ea ausência de oportunidades nas área intra-municipais oficiais mais sofridas tornam a juventude muito vulnerável a criminalidade e a cooptação por atividades ilegais”.

Neste contexto Passo Fundo, apesar de importante pólo regional, não se diferencia das metrópoles brasileiras e apresentava, em 2000, índice de exclusão social significativamente baixo 0,607. A sua composição detalhada demonstra que os indicadores mais baixos são os de pobreza, emprego, desigualdade, escolaridade e juventude.

Indicadores	Índice
Índice de pobreza	0,757
Índice de emprego	0,221
Índice de desigualdade	0,254
Índice de alfabetização	0,904
Índice de escolaridade	0,728
Índice de juventude	0,728
Índice de violência	0,935
Índice de exclusão social	0,607

Tabela 1 – Índices de exclusão social do município de Passo Fundo (2000)
Fonte: CAMPOS et al.(org.), 2003.

O núcleo habitacional Promorar segundo Marcon (2001) foi implantado numa área de campo adquirida em 1981, distante do centro urbano sob o argumento de baratear o custo das habitações. Situada ao norte da rodovia BR 285, entre os trevos de acesso a Carazinho e Erechim, distante 8 km do centro da cidade (Figura 2).

“Inscreveram-se para o referido projeto 1.700 famílias. A seleção ficou a cargo do agente promotor e as famílias foram selecionadas para os 620 embriões construídos segundo o critério de renda familiar e outros de caráter político” (MARCON, 2001).

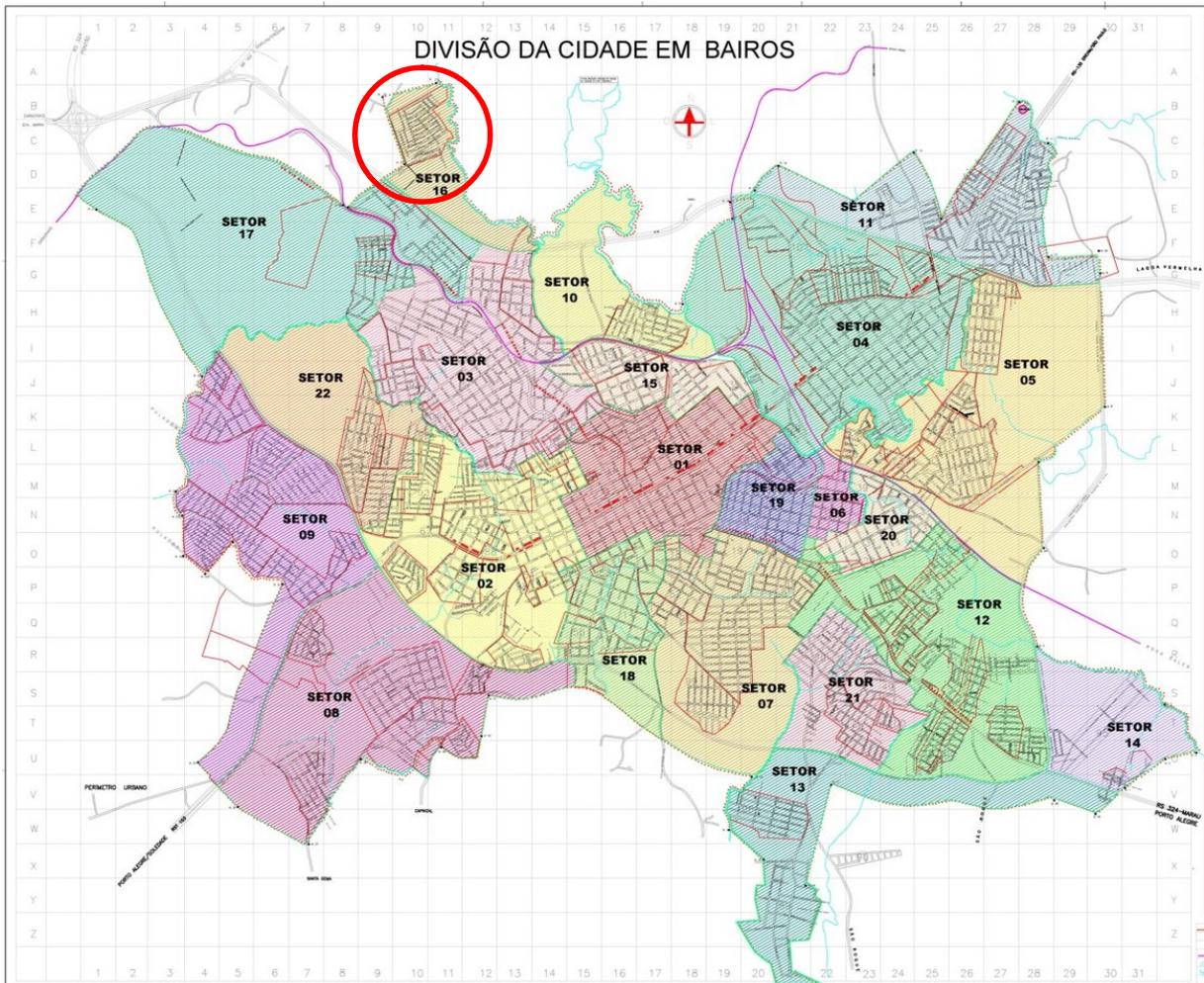


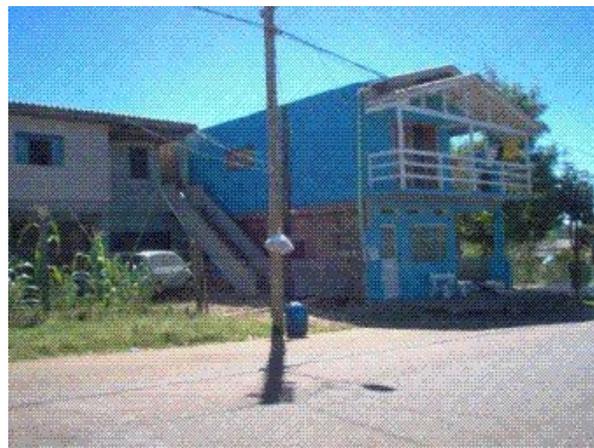
Figura 2: Mapa da cidade de Passo Fundo, localizando o bairro em estudo.
 Fonte: Autores, 2006.

Em 1981 (MARCON, 2001), a referida área ficava fora do perímetro urbano e, como se tratava de uma área rural foi necessário criar toda a infra-estrutura urbana: a abertura e pavimentação de ruas, instalação de redes de água, eletricidade, iluminação pública e a construção de alguns espaços públicos, tais como a escola e o posto policial. Algumas unidades habitacionais foram destinadas à própria Prefeitura Municipal, que as ocupou com os serviços de atendimento a comunidade, os equipamentos comunitários, como o ambulatório, a creche, a sede da associação de moradores do bairro e o posto policial. Por ser o mesmo carente de infra-estrutura, instalaram-se ainda no núcleo habitacional um supermercado, três bares e outros pequenos estabelecimentos de prestação de serviços, os quais funcionam nas próprias unidades habitacionais¹.

O bairro é fundamentalmente residencial e o comércio formal preponderante é o de produtos alimentícios e de bebidas, feito em pequenos mercados e bodegas. No

interior do bairro, desenvolvem-se práticas de artesanato que dão conta da sobrevivência de muitas famílias. As indústrias situam-se nas proximidades, na direção do centro da cidade; na direção oposta ao centro da cidade, preponderam uma agricultura extensiva e a criação de gado. Atualmente, o bairro possui uma população de aproximadamente oito mil pessoas, segundo levantamentos realizados no início do ano 2000 (MARCON, 2001).

A organização do núcleo habitacional foi uma resposta da Prefeitura Municipal para assentar famílias removidas de diferentes locais que moravam em perimetrais, como as da vila Jardim, e em margens da rede ferroviária e de outras áreas de risco. As famílias que foram removidas eram então provenientes de vários locais e de diversas etnias; tinham diferentes objetivos, histórias de vida e experiências de relacionamentos (Figuras 3 e 4). Tudo isso agravou os conflitos, comprometendo as relações de vizinhança e também as relações com os órgãos de prestação de serviços públicos e privados. O levantamento realizado em 1999 com as 375 famílias evidenciou que 57% das famílias eram provenientes de outros bairros da cidade de Passo Fundo; 29% eram originárias do meio rural; 8,8% provenientes de outras cidades e 3,4% não especificaram a origem (MARCON, 2001).



Figuras 3 e 4: Diferentes classes sociais moradoras do bairro.
Fonte: Autores, 2006.

“De forma intencional ou não, a forma como o bairro foi se constituindo acentuou a marginalização geográfica e social dos moradores, situação que gerou muitos conflitos internos e externos, estigmatizando o local e seus moradores” (MARCON, 2001).

O bairro é composto por famílias de baixa renda, dados revelam que:

A renda dos que trabalham aponta o seguinte quadro: 74% recebem entre 1 e 3 salários mínimos; 16%, entre 3 e 5 salários; 17%, menos de um salário e 9% recebem entre 5 e 7 salários. Essa realidade financeira agrava o quadro de doenças. A pesquisa revelou que em 30,6% das famílias existem pessoas com algum tipo de doença, entre as quais se destacam: alergias, asma, cataratas, derrame, câncer, hipertensão, diabetes,

reumatismo, problemas de coluna, disritmia, toxoplasmose, úlcera, alcoolismo. A procura pelo posto médico do próprio bairro ou por hospitais só ocorre com o agravamento das doenças. Visto que, em princípio, as pessoas se automedicam ou procuram alternativas de cura espiritual¹¹ (MARCON, 2001).

“Por se tratar de uma área de expansão urbana, distante de outros bairros e do centro, a população foi obrigada a buscar alternativas de transporte para os deslocamentos até o trabalho, em geral, realizado a pé ou de bicicleta” (MARCON, 2001). Atualmente, o bairro é servido por linhas de transporte urbano (Figura 5).



Figura 5: Linha de transporte urbano.
Fonte: Autores, 2006.

A localização do bairro e todos esses outros componentes isolaram os moradores do restante da cidade, visto que os habitantes de outros locais não queriam estabelecer relações com pessoas provenientes desse ambiente de conflitos e marginalidade. A gênese do bairro marcou profundamente os seus moradores e, ainda hoje, persiste uma série de preconceitos. Quando se fala no bairro Zacchia emergem representações de violência, de droga, de sangue, etc. Em conversas com moradores antigos do bairro, os relatos são dramáticos e dão conta de um ambiente de muita violência. As mudanças que se processaram no local, no entanto, não alteraram substancialmente as representações que muitas pessoas da cidade têm sobre os moradores do bairro, visto que produziram um imaginário de violência e de brutalidade que ainda persiste. A inexistência de um Programa de Integração e Assistência Social amplo pode ter sido um dos fatores que agravou esse processo de exclusão social (MARCON, 2001).

As pessoas que moram no Bairro Zacchia apresentaram tempo de moradia de 5 até 20 anos, ou seja, acompanharam o total desenvolvimento do bairro. Segundo Marcon (2001), os números apontam que 38% das famílias vivem no local 23% entre 1 e 5 anos; 20% entre 6 e 10 anos; entre 11 e 15 anos; 11 % entre 16 e 20 anos; 0,3% residem a menos de ano e apenas uma família reside no bairro há mais de 20 anos, ou seja, está lá desde o início.

Esses indicadores permitem inferir uma tendência nas periferias urbanas da cidade de Passo Fundo que é a migração. Essas constantes migrações criam problemas sérios para qualquer tipo de trabalho mais sistemático, principalmente na escola. Uma das dificuldades apontadas pela direção da escola é como dar continuidade ao processo de ensino-aprendizagem quando os alunos chegam e saem da escola constantemente ao longo do semestre e do ano letivo (MARCON, 2001).

A realidade habitacional do bairro Zacchia, segundo o levantamento realizado em 1999, resumidamente é a seguinte: 88% possuem habitação própria; 6,9% possuem casa cedida e 4,2%, alugada. O número médio de pessoas por habitação apontam os seguintes dados: em 27%, residem cinco pessoas; em 26%, quatro pessoas; em 17%, três pessoas; em 1,19%, duas pessoas, em 13%, seis; em 7,7%, sete; em 2,6%, oito; em 2,3%, nove; em 1,4%, dez ou mais pessoas, já a média de filhos por casal é a seguinte: 27% possuem três filhos; 20%, dois; 9%, cinco; 13% mais de cinco e 1 % possui 24 filhos (MARCON, 2001).

Esta situação descrita vai ao encontro dos dados do “índice de exclusão social” de Passo Fundo citados em Campos et alli (2003), onde os indicadores de pobreza, juventude, escolaridade, e desigualdade indicam a forte exclusão social.

6. O bairro e os equipamentos comunitários

Os equipamentos comunitários ou ‘equipamentos urbanos sociais’ como se refere Silva (2001), desempenham funções conjuntas, que tem como objetivo promover a aproximação dos moradores para o desenvolvimento das relações de boa vizinhança. Eles configuram um marco importante do novo patamar de organização a ser alcançado com a urbanização. Com um programa funcional prevendo salas de encontros, reunião, serviços, a população poderá desenvolver diversas atividades, desde assembléias comunitárias até o desenvolvimento de cursos profissionalizantes.

Assim, os equipamentos comunitários de cultura, lazer e esporte devem atender a comunidade local e aos bairros vizinhos a fim de condizer com o seu significado, de trazer a

educação, o repouso, a diversão, e o entretenimento para a população.

Entretanto, a realidade no Bairro Zacchia, demonstra que há uma falta de planejamento na implantação desses equipamentos, pois o mesmo é carente em quase todos esses tipos de equipamentos.



Figura 6: Escola Municipal de 1º Grau Guaracy Barroso Marinho.
Fonte: Autores, 2006.

A Escola Municipal de 1º Grau Incompleto do bairro foi inicialmente denominada, no tempo da administração de Fernando Machado Carrion, Dirce Silva Machado Carrion. Foi construída em 1985 de forma provisória na parte baixa do núcleo, próxima ao rio Passo Fundo. A construção de 491,29 m² foi feita em madeira e continha oito salas de aula, biblioteca, sala para a direção, secretaria, refeitório, cozinha, pátio aberto e sanitários isolados externos. Em 1988, atendia a cerca de 450 alunos. Hoje a escola é denominada Guaracy Barroso Marinho e está situada num terreno próximo ao acesso ao bairro. Construída em alvenaria, abriga o ensino fundamental pela manhã; à tarde e à noite, abriga o ensino médio, de responsabilidade do governo estadual. As condições da primeira escola eram precárias, desde a instalação ao próprio local onde estava construída, basicamente num terreno de banhado. A atual estrutura da escola, concluída em 1994, apresenta condições excelentes, pelo menos em termos de infraestrutura. Na escola, atuam cinquenta docentes, que atendem a mais de mil alunos do ensino fundamental (MARCON, 2001).

A antiga escola é atualmente utilizada como equipamento de cultura. Na mesma funciona o Centro de Tradições Gaúchas (CTG), que serve de divertimento para as classes mais ricas do Bairro Zacchia. Percebe-se que a diferença de classes sociais está fortemente presente no bairro, há uma periferia da própria periferia.



Figura 7: Centro de Tradições Gaúchas.
Fonte: Autores, 2006.

A igreja é outro equipamento marcante no bairro, considerado como um espaço de cultura e de lazer para muitas famílias, pois é ali que as pessoas além de fazer suas orações e praticar a fé, se encontram, conversam, assistem palestras, praticam cursos, ou seja, vivem em comunidade.



Figura 8: Igreja Pentecostal.
Fonte: Autores, 2006.



Figura 9: Igreja Evangélica.
Fonte: Autores, 2006.

O bairro não possui nenhuma praça, área verde, apenas um campo de grama é utilizado pelos moradores como local para prática do lazer e do esporte.



Figura 10: Campo de futebol.
Fonte: Autores, 2006.

Deste modo, os moradores suprem essa falta de equipamentos com os meios de comunicação em massa. A pesquisa feita em 1999 (já anteriormente citada) revela que:

[...] através do rádio os moradores ouvem muito os programas vinculados ao comércio (troca-troca),ⁱⁱⁱ programas que informam a ação da polícia (batidas, prisões, brigas, assaltos, assassinatos...), programas de música sertaneja e de esporte. Dos programas de televisão destacam-se as novelas, o Programa do Ratinho (SBT), Faustão, Fantástico, Linha Direta, Sílvio Santos, programas religiosos, Programa do Gugu, etc. Algumas famílias responderam que não assistem a televisão porque não possuem aparelhos e outras, porque a religião não permite. A televisão é, ainda, uma das mais difundidas atividades de lazer, especialmente nos finais de semana. Porém, os programas assistidos não contribuem para a construção de uma consciência crítica e para a cidadania; ao contrário, mudam e criam comportamentos, sobretudo entre os jovens e adolescentes, influenciando-os com práticas negativas e repassando valores de forma acrítica (MARCON, 2001).

7. Lazer e inserção social na Vila Záchia: Brava Gente Brasileira!

Considerando-se a ausência do Estado nas periferias, reproduzidas neste caso no Bairro Záchia, em Passo Fundo, poderíamos falar da desagregação social da violência e da marginalidade inerente a qualquer cidade de porte médio brasileiro. Mas vamos registrar o papel da comunidade buscando alternativas de integração e inserção social para a sua comunidade e para seus jovens.

Neste sentido, e distantes da área urbana, que também não oferece espaços democráticos de integração e interação social, a comunidade organizou, junto às margens do

poluído rio Passo Fundo, uma área de recreação e de balneário, hoje contando com uma edificação para a associação dos moradores.

Aos poucos, e registrados pelos grupos de pesquisa do curso de arquitetura e urbanismo da UPF, a rua sem saída foi se tornando uma quadra esportiva, com as demarcações do meio campo e das pequenas áreas em tinta insegura.

Os casebres junto à área inundável muniram-se de pátios altos, onde mesas periclitantes fazem parte do estar a céu aberto. Uma cerca de proteção resguarda o acesso à área de lazer da comunidade, protegendo às crianças, que emergem de todos os cantos, das águas do rio. Pneus velhos, feito balanços, sacodem das árvores da beira d'água, agregando um lazer e recreação infantil junto às áreas esportivas da juventude.

Este centro de recreação e lazer, singelo em sua releitura de valores contemporâneos é um patético e vigoroso exemplo da força comunitária suprindo a ausência e o descaso do estado frente às comunidades carentes e periféricas.

O orgulho da vivência destes espaços periféricos, construídos do resto e da ausência, reforçam a revolta, a autosuficiência e a contestação. Por outro lado, revela a força comunitária na agregação de vontades para a construção de espaços negados. Se por um lado demonstra o abandono formal em que se encontram as comunidades carentes do país, por outro lado revelam uma nascente capacidade de articulação e organização ainda estranhas nuns pais secularmente clientelista.

Esta pesquisa nos revela uma conflitante realidade: a capacidade de articulação e organização sob a égide do abandono, força que pode gerar construções positivas, mas ao mesmo tempo, compartilhar da contravenção alimentada pela exclusão



Figura 11 – Moradias próximas à área de lazer no Bairro Zácchia.
Fonte: Autores, 2006.

8. Referências

ARFELLI, Amauri Chaves. Áreas verdes e de lazer: considerações para sua compreensão e definição na atividade urbanística de parcelamento do solo. **Revista de Direito Ambiental**. São Paulo, v. 9, n. 33, p. 45, jan/mar 2004.

BASSUL, José Roberto. O Estatuto da Cidade. **Vitruvius**, Brasília, Minha Cidade 024, jul. 2001. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/minhacidade/mc024/mc024.asp>>. Acesso em: 18 dez. 2005.

BRASIL. Lei no 6.766, de 19 de dezembro de 1979, dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências. **Congresso Nacional**, Brasília, 19 de dezembro de 1979; 158º da Independência e 91º da República.

BRASIL. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, autodenominada Estatuto da Cidade. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. **Congresso Nacional**, Brasília, 10 jul. 2001. 180º da Independência e 113º da República.

CAMPOS, André; POCHMANN, Márcio; AMORIM, Ricardo, SILVA, Ronnie (Org.) **Atlas da exclusão Social no Brasil, volume: 2: dinâmica e manifestação territorial**. São Paulo: Cortez, 2003. 223 p.

CAMPOS FILHO, Candido Malta. **Cidades Brasileiras: seu controle ou o caos: o que os cidadãos devem fazer para a humanização das cidades no Brasil**. 3ª ed. São Paulo: Studio Nobel, 1999. 144 p.

CAVALHEIRO, F. & DEL PICCHIA, P.C.D. Áreas Verdes: conceitos, objetivos e diretrizes para o planejamento. In: Congresso Brasileiro sobre Arborização Urbana, I, Vitória/ES. **Anais I e II**. Vitória/ES: 1992. p. 29-35.

COUTO, Sérgio A. Frazão. **Manual teórico e prático do parcelamento urbano**. Rio de Janeiro: Forense, 1981.

DAL MORO, Selina Maria, KALIL, Rosa Maria Locatelli, TEDESCO, João Carlos. **Urbanização, exclusão e resistência: estudos sobre o processo de urbanização na região de Passo Fundo.** Passo Fundo: Ediupf, 1998. 124 p.

FERRARI, Célson Ferrari. **Curso de planejamento municipal integrado: urbanismo.** São Paulo: Pioneira, 1977. 631 p.

GOSCH, Luiz Roberto Medeiros. **Passo Fundo: de Saturnino de Brito ao Mercosul, Projetos e Imagens Urbanas.** 2002. Dissertação (Mestrado em Urbanismo/ Programa de Pós-Graduação em Urbanismo - FAU-PROURB) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

MARCON, Telmo, DIAS, Daniela da Silva, CALZA, Evania Carina, KALIL, Rosa Maria Locatelli, LINGNER, Michela. **Educação e cultura popular desafios da escola de periferia.** Espaço Pedagógico – Faculdade de Educação - Passo Fundo UPF Editora - n.2 - v. 8 - p. 31-42 dez. 2001 – ISSN 0104-7469.

MELLO, E.; CAÑELAS, K. **Conceitos de paisagismo.** In apostila de aula. Curso de Arquitetura e Urbanismo. Universidade de Passo Fundo. Passo Fundo, 2000.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. **Estudos do Lazer, uma introdução.** Campinas: Autores Associados, 1996.

MARICATO, Ermínia. **Metrópole na Periferia do Capitalismo.** São Paulo: Hucitec, 1996.

SILVA, José Afonso. **Ordenação constitucional da cultura.** São Paulo: Malheiros, 2001.

MENEZES, C. L. **Desenvolvimento urbano e meio ambiente: A experiência de Curitiba.** Campinas: Papirus, 1996.

MINISTÉRIO DO ESPORTE. Disponível em: <<http://portal.esporte.gov.br/>>. Acesso em: 17 abr. 2006.

MORETTI, Ricardo de Sousa. **Normas urbanísticas para habitação de interesse social: recomendações para elaboração.** São Paulo: Instituto de Pesquisas Tecnológicas, 1997. 160 p.

POCHMANN, Márcio; AMORIM, Ricardo (Org.) Atlas da exclusão Social no Brasil. São Paulo: Cortez, 2003. 223 p.

SANTOS, Carlos Nelson F. dos. **A cidade como um jogo de cartas**. São Paulo, Projeto, 1988. 185 p.

ⁱ As unidades habitacionais do Promorar foram assim distribuídas: 234 unidades-embrião do tipo 6a, com área construída de 20,12 m², representando 37,74% do total das unidades: 144 unidades-embrião do tipo 8b, com área construída de 16,19 m², representando 23,22% do total das unidades: 214 unidades-embrião do tipo 10, com área construída de 18,97 m², representando 34,52% do total das unidades: 28 unidades-embrião do tipo 9, com área construída de 12,66 m², representando 4,52% do total das unidades.

ⁱⁱ A respeito da relação entre cultura e práticas de saúde popular, ver os textos de: V ALLA. Victor Vincent: STOLTZ, Eduardo Navarro 10rg.). *Participação popular*, educação e saúde: teoria e prática. Rio de Janeiro: Relume/Dumará, 1993 e de BENINCÁ, Elli. Práticas de religiosidade e de saúde popular. In: BENINCÁ, Elli (Org.). *Religiosidade e saúde popular*. Passo Fundo: Editora e Gráfica da UPF, 1991, p. 77-101.

ⁱⁱⁱ A rádio Uirapuru de Passo Fundo mantém há anos um programa denominado *Troca-Troca*. Os interessados em vender ou comprar algum produto se dirigem aos domingos pela manhã até a rádio e informam os seus interesses. Em geral, trocam-se os produtos por dinheiro. É um dos programas de grande audiência na cidade.